



**PROCESSO N° : 16.287-6/2014**  
**ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS**  
**PRINCIPAL : SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**  
**RELATOR : CONSELHEIRO INTERINO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR**

**DESPACHO 36/2021/GCI/JBC**

Trata-se de **Tomada de Contas Ordinária** instaurada em cumprimento do Acórdão nº 233/2019 – TP, com a finalidade de apurar possível prejuízo ao erário proveniente da execução do Contrato nº 22/2013, celebrado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e a empresa Ensercon Engenharia Ltda, cujo objeto foi a execução de serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto Maestro Marinho Franco, no Município de Rondonópolis.

Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como em obediência ao art. 257 da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno deste Tribunal) c/c o art. 59 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica deste Tribunal), foi realizada a citação de todos os responsáveis.

No entanto, na primeira tentativa de comunicar os destinatários listados abaixo não se obteve êxito, ensejando a devolução dos ofícios pelos Correios, constando nos Avisos de Recebimento (ARs) os seguintes motivos:

<b>Pedro Maurício Mazzaro</b>	<b>Ofício</b>	728/2020/GCI/JBC
	<b>Aviso de Recebimento</b>	Devolvido – Endereço insuficiente
	<b>Documento Digital (Ofício e AR, respectivamente)</b>	260773/2020 283016/2020

<b>Esmeraldo Teodoro de Mello</b>	<b>Ofício</b>	732/2020/GCI/JBC
	<b>Aviso de Recebimento</b>	Devolvido – Ausente
	<b>Documento Digital (Ofício e AR, respectivamente)</b>	260763/2020 283014/2020





Desse modo, o processo retornou a este Gabinete, que promoveu pesquisas e efetuou nova análise nos autos, com o escopo de cientificar os responsáveis.

No que se refere ao ofício enviado ao **Sr. Pedro Maurício Mazzaro**, verificou-se que, embora tenha se utilizado o endereço constante na base de dados da Receita Federal<sup>1</sup>, no momento de confecção da comunicação o número do apartamento não foi preenchido no AR<sup>2</sup>, fato que coincide com o motivo de devolução do ofício, qual seja, endereço insuficiente.

Assim, faz-se necessário completar o endereço utilizado anteriormente, fazendo constar o número do apartamento do destinatário, tanto no ofício quanto no AR, para citá-lo novamente.

Em relação ao ofício encaminhado ao **Sr. Esmeraldo Teodoro de Mello**, averiguou-se que, assim como no caso anterior, foi utilizado o endereço constante na base de dados da Receita Federal.<sup>3</sup> Todavia, neste caso a devolução da comunicação decorreu do motivo “ausente”.

Desse modo, considerando que o endereço utilizado foi obtido em fonte de dados oficial (base de dados da Receita Federal) e tendo em vista que o seu motivo de devolução (ausente) não dá a entender que o logradouro está insuficiente, incorreto, é desconhecido ou que o destinatário se mudou, entendo que deve ser remetida nova citação ao mesmo endereço, com vistas a cientificar o responsável.

Portanto, diante das razões expostas, propõe-se a reiteração dos ofícios de citação para os endereços abaixo:

**Pedro Maurício Mazzaro:** Rua Frei Francisco Carnaíba, nº 916 – América Dream Aptº 202 - Bairro Jardim Mato Grosso – CEP 78.740-385 – Rondonópolis-MT.

**Esmeraldo Teodoro de Mello:** Rua Pirajuí, nº 451 – Bairro La Salle II – CEP 78.710-060 – Rondonópolis – MT.

1 Documento Digital nº 4192/2021.

2 Documento Digital nº 283016/2020.

3 Documento Digital nº 4192/2021.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JUNIOR**

Telefone(s): 65 3613-7503 / 7608 / 2918 / 7160 / 7504 / 7505

e-mail: gab.joaobatista@tce.mt.gov.br

Após, encaminhe-se à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar a defesa ou a certificação do decurso de prazo.

Cuiabá/MT, 26 de janeiro de 2021.

(assinatura digital)<sup>4</sup>

**PRISCILA DAUDT SOUSA RIBEIRO**

Chefe de Gabinete

(Portaria 008/2019, DOC 1533, de 25/01/2019)

<sup>4</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

